

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 514

Súmula: Dá nova redação ao art.230 da Constituição Estadual.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado, nos termos do § 3º do art. 64 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 230 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 069/2014

Curitiba, em 11 de julho de 2014.

I-Protocolo-se

À Diretoria Geral, com vista à

II- Diretoria de Pessoal

Em, 15/07/2014

Presidente

Senhor Presidente,



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Em conformidade com o preceito contido no art. 64, inciso II, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetida à apreciação desta Assembleia Legislativa, proposta de Emenda Constitucional que objetiva dar nova redação ao artigo 230 da referida Constituição, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Cultura.

O Conselho Estadual de Cultura – CONSEC, instituído pela Lei nº 17.063, de 23 de janeiro de 2012, em Reunião Ordinária realizada no dia 05 de maio de 2013, por unanimidade deliberou por requerer proposta de Emenda Constitucional para que seja excluída do art. 230 a expressão "...formado com recursos extra-orçamentários", considerando que, atualmente, o referido dispositivo prevê que:

Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura, formado com recursos extra-orçamentários, gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio.

Tal solicitação se justifica com a argumentação feita pelos órgãos estaduais de planejamento e finanças de que o art. 230 da CE/89 obstaculiza a vinculação de recursos orçamentários ao Fundo Estadual de Cultura – FEC, instituído pela Lei nº 17.043, de 30 de dezembro de 2011, para o financiamento de programas e projetos culturais conforme facultado pela Constituição Federal.

Diante do exposto, a presente proposição de Emenda à Constituição Estadual, caso aprovada e promulgada por essa Assembleia Legislativa, poderá ser expressa com a seguinte redação:

"Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio."

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembleia Legislativa, esta proposta de Emenda Constitucional, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 15 JUL. 2014

Quanto

1º Secretário

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação


Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 17043 - 30 de Dezembro de 2011

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 8620 de 30 de Dezembro de 2011

Súmula: Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam instituídos, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE e o Fundo Estadual de Cultura - FEC, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do FEC e do Incentivo Fiscal, em projetos culturais, na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 2º. O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE tem como objetivos fundamentais:

I - facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais, assim como às atividades desenvolvidas na área da cultura;

II - incentivar a produção, difusão e circulação de bens culturais paranaenses nas diversas áreas de atuação;

III - estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as regiões;

IV - garantir a preservação, difusão, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Paraná;

V - propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais atuantes em todo o âmbito estadual

VI - fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura;

VII - promover a inserção da produção cultural do Estado em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;

VIII - valorizar e difundir o conjunto das manifestações artístico-culturais que constituem a diversidade formadora da identidade cultural do Paraná.

Art. 3º. Os benefícios da presente Lei serão concedidos:

I - às pessoas físicas estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 2 (dois) anos, que apresentarem projetos culturais candidatos a receber os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura;

II - às pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 02 (dois) anos, responsáveis pela apresentação de projetos culturais a serem beneficiados pelos recursos do PROFICE;

III - às pessoas jurídicas, contribuintes do Estado do Paraná, que optarem pela aplicação de parcelas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS no incentivo a projetos culturais.

§ 1º. Os benefícios a que se refere esta Lei não serão concedidos a proponentes ou incentivadores inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual.

§ 2º. Fica vedada a utilização dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para projetos culturais em que sejam beneficiários a pessoa jurídica contribuinte, seus proprietários, sócios ou diretores, bem como seus cônjuges e parentes em até segundo grau.



§ 3º. Não poderão ser beneficiados com a concessão dos recursos previstos nesta Lei, na modalidade Incentivo Fiscal, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer esfera federativa.

§ 4º. As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS) que possuam, respectivamente, termo de parceria ou contrato de gestão com a administração pública estadual, não poderão inscrever projetos a fim de obter financiamento por meio do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

§ 5º. Não poderá participar do PROFICE, como proponente, o servidor ativo ocupante de cargo ou emprego público na Secretaria de Estado da Cultura e nas entidades a ela vinculadas.

§ 6º. Aos membros da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE e das comissões técnicas é vedada a participação no referido Programa, tanto na categoria de proponente como prestador de serviço.

§ 7º. É vedada a apresentação de projeto cultural pelo proponente que estiver inadimplente com o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

Art. 4º. Para efeito desta Lei considera-se:

I - Projeto Cultural: proposta de realização de ações, obras e/ou eventos de conteúdo artístico-cultural e destinação pública, com o objetivo de receber os benefícios do PROFICE, e que estejam de acordo com as seguintes diretrizes:

- a) promoção do acesso aos bens culturais;
- b) fomento da criação, pesquisa e produção artística;
- c) estímulo à descentralização das ações culturais do Estado;
- d) incentivo à formação de plateia;
- e) valorização da qualidade das ações apresentadas no âmbito artístico e de relevância cultural.

II - Proponente: pessoa física ou jurídica estabelecida ou domiciliada no Estado do Paraná, há no mínimo 2 (dois) anos, responsável pelo projeto cultural concorrente aos benefícios concedidos pelo PROFICE;

III - Gestor do projeto: pessoa física ou jurídica a quem o proponente delegar as funções de planejamento, organização, realização e a responsabilidade pela prestação de contas do projeto cultural;

IV - Incentivador: pessoa jurídica contribuinte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Estado do Paraná, que destine parcela do tributo, na forma de incentivo fiscal, para a realização de projeto cultural aprovado pelo PROFICE.

Art. 5º. O proponente poderá ter aprovados até 2 (dois) projetos por ano, de acordo com as normas a serem estabelecidas no decreto regulamentador.

Art. 6º. Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:

- a) artes visuais;
- b) audiovisual (áudio e vídeo);
- c) circo;
- d) dança;
- e) literatura, livro e leitura;
- f) música;
- g) ópera;

- h) patrimônio cultural material e imaterial; e
- i) povos, comunidades tradicionais e culturas populares;
- j) teatro.

Art. 7º. O PROFICE será implantado por meio de recursos provenientes das seguintes receitas:

I - Fundo Estadual de Cultura - FEC, criado por esta Lei, que contará com as seguintes fontes:

- a) dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;
- b) recursos de arrecadação de bilheteria, cessão de espaços e outras rendas provenientes de atividades regimentais da SEEC;
- c) transferências da União;
- d) auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- e) doações e legados;
- f) valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

- ☐ g) multas e devoluções por utilização indevida de recursos recebidos através do PROFICE;
- h) multas previstas na Lei Estadual de Tombamento do Paraná;
- i) juros e dividendos, bem como quaisquer outras rendas provenientes de aplicações financeiras;
- j) saldos de exercícios anteriores; e
- k) outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.

II - recursos provenientes do Incentivo Fiscal, decorrentes de aplicações em projetos culturais por parte dos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, realizadas nos termos desta Lei, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Política Fazendária ou pela legislação vigente.

§ 1º. O contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, respeitando o disposto nesta Lei, destinar a projetos culturais aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura parte do valor do imposto a recolher, apurado nos termos da Lei Estadual de ICMS.

☐ **§ 2º. ...Vetado...**

§ 3º. ...Vetado...

Art. 8º. Os recursos provenientes desta Lei serão destinados ao financiamento de 100% (cem por cento) dos valores aprovados para os projetos selecionados.

§ 1º. Os projetos beneficiados pelo PROFICE deverão apresentar contrapartida a ser definida de forma específica nos editais do Programa.

§ 2º. O financiamento realizado por meio do PROFICE não veda a obtenção de recursos de outras fontes de incentivo direto ou indireto oriundos de Leis Federais de Incentivo à Cultura, Editais de Fomento de empresas públicas e privadas, Leis Municipais de Incentivo e outras fontes de patrocínio direto.

Art. 9º. A gestão do PROFICE será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, cabendo-lhe a função de agente executor do Programa.

§ 1º. A SEEC apresentará, anualmente, plano de ações e de aplicação dos recursos do PROFICE ao Conselho Estadual de Política Cultural, para análise e aprovação.

§ 2º. Caberá à SEEC a criação de equipe técnica para proceder à operacionalização das etapas de execução dos editais, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos projetos aprovados.

§ 3º. A prestação de contas referente à execução do plano de ações e aplicação dos recursos do PROFICE será encaminhada ao Conselho Estadual de Política Cultural para aprovação.



Art. 10. A Secretaria de Estado da Cultura poderá utilizar, anualmente, até 5% (cinco por cento) dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para pagamento de despesas com hospedagem, transportes, consultorias e pareceres técnicos, divulgação, contratações de serviços e eventuais exigências necessárias à administração do PROFICE.

Art. 11. Será criada a Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE, composta por 21 (vinte e um) membros, sendo:

I - presidente da CPROFICE, indicado pelo Secretário de Estado da Cultura;

II - 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

III - 1 (um) representante dos dirigentes municipais de cultura do Paraná e respectivo suplente, escolhido por seus pares; e

IV - 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes pertencentes à comunidade artístico-cultural do Paraná, indicados pelas entidades representativas dos agentes culturais paranaenses, de acordo com as áreas estabelecidas no art. 6º desta Lei.

§ 1º. Aos membros a que se referem os incisos II, III e IV é assegurado o direito a voz e voto, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º. Caberá ao presidente da referida Comissão o voto de qualidade nas deliberações que exigirem desempate.

§ 3º. Compete à CPROFICE a elaboração dos editais do PROFICE, a aprovação dos projetos selecionados pelas comissões técnicas, a indicação dos membros para compor as comissões técnicas e a homologação final dos resultados.

§ 4º. A citada Comissão deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e especificando suas atribuições, considerando o previsto nesta Lei e no decreto regulamentador.

Art. 12. As comissões técnicas serão organizadas de acordo com as exigências dos editais definidos pela CPROFICE e compostas por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

Parágrafo único. Caberá às referidas Comissões a avaliação técnica e do mérito dos projetos inscritos.

Art. 13. Os recursos interpostos ao resultado dos editais do PROFICE serão julgados em primeira instância pelas comissões técnicas e em segunda instância pela CPROFICE.

Art. 14. Serão definidos em decreto governamental os procedimentos para a constituição da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, assim como as normas referentes à inscrição, realização, prazos para prestação de contas dos projetos culturais, bem como os critérios gerais e específicos para a análise dos mesmos.

Art. 15. Na divulgação dos projetos financiados nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado do Paraná – Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, de acordo com o padrão de identidade a ser definido pela Secretaria de Estado da Cultura, podendo constar também o apoio do incentivador nos moldes de regulamento específico.

Art. 16. O incentivador que utilizar indevidamente os benefícios desta Lei, mediante dolo ou culpa, fica sujeito à multa correspondente a até duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis, penais ou tributárias.

Art. 17. A utilização indevida dos recursos financeiros obtidos por meio do PROFICE, sujeita o proponente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à suspensão do direito de apresentar projetos culturais pelo prazo de até 2 (dois) anos, à devolução ao Estado dos recursos não utilizados na finalidade originalmente prevista e à multa correspondente até o dobro do valor desses recursos.

Art. 18. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 60 (sessenta)

dias a contar de sua vigência.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as Leis nº 13.133 de 16 de abril de 2001, nº 13.165 de 05 de junho de 2001 e demais disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Paulino Viapiana
Secretário de Estado da Cultura

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot.nº 10.997.300-9

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 17063 - 23 de Janeiro de 2012

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 8636 de 23 de Janeiro de 2012

Súmula: Institui o Conselho Estadual de Cultura - CONSEC e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Das Finalidade

- ☐ **Art. 1º.** O Conselho Estadual de Cultura reger-se-á por esta Lei, caracterizado como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do Estado do Paraná.

TÍTULO II

Da Composição

Art. 2º. O Conselho Estadual de Cultura constitui-se por 36 (trinta e seis) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:

I - o Secretário de Estado da Cultura, na qualidade de Presidente;

II - 17 (dezessete) membros titulares escolhidos pelo Poder Executivo Estadual, sendo:

a) 05 (cinco) membros selecionados entre funcionários efetivos ou detentores de cargo em comissão, em exercício na Administração Pública Estadual;

b) 01 (um) representante das Universidades Estaduais;

☐ **c)** 01 (um) representante das Universidades Federais localizadas no Paraná;

d) 01 (um) representante escolhido dentre os gestores de cultura das seguintes organizações: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

e) 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP);

f) 08 (oito) representantes selecionados entre os gestores municipais de cultura.

III - 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 08 (oito) representantes das regiões histórico-culturais do Paraná e 10 (dez) representantes das seguintes áreas, assim estabelecidas:

a) teatro;

b) ópera

c) circo;

d) artes visuais;

e) audiovisual;

- f) dança;
- g) literatura, livro e leitura;
- h) música;
- i) patrimônio cultural material e imaterial;
- j) manifestações populares, tradicionais e étnicas da cultura.

§ 1º. Os integrantes descritos nos incisos II e III serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º. Os membros a que se refere o inciso III serão eleitos em Conferência Estadual de Cultura, convocada pelo Governador do Estado e regulamentada, por meio de edital, pelo Secretário de Estado da Cultura.

§ 3º. Para efeito desta Lei, serão estabelecidas 08 (oito) macrorregiões no âmbito do Estado do Paraná, a serem definidas por Decreto governamental.

Art. 3º. Havendo a necessidade, o CONSEC criará Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, com o objetivo de fornecer subsídios para a tomada de decisão nos temas específicos, transversais ou emergenciais.

- Art. 4º. O Conselho contará com um Secretário Executivo a ser indicado por seu Presidente, entre os funcionários que compõem o Gabinete do Secretário de Estado da Cultura.

TÍTULO III

Das Competência

Art. 5º. Ao Conselho Estadual de Cultura compete:

I - participar da formulação das políticas públicas do Governo do Estado do Paraná na área da cultura;

II - cooperar com os conselhos de política cultural nas esferas municipal, estadual e federal;

III - estimular a formação de redes e sistemas setoriais em todas as áreas culturais;

IV - estabelecer orientações e moções pertinentes aos objetivos e atribuições relacionadas à cultura;

- V - emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhes sejam submetidas pelo Secretário de Estado da Cultura ou pelos membros do CONSEC;

VI - promover a cooperação técnica e parcerias com a sociedade civil organizada;

VII - incentivar a proteção do patrimônio cultural;

VIII - valorizar as manifestações culturais locais e regionais;

IX - incentivar pesquisas sobre a cultura paranaense;

X - definir critérios e propor a formação de comissões específicas, grupos de trabalho e congêneres, sempre que necessário, visando ao cumprimento das atividades relativas às suas competências;

XI - participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Cultura;

XII - fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos das transferências entre os entes da federação;

XIII - acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura;

XIV - participar da formulação do Plano Anual de Ações e da definição e aprovação dos editais do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná - PROFICE;

XV - analisar e sancionar a prestação de contas da execução do Plano Anual de Ações e do PROFICE;



- XVI** - acompanhar o funcionamento do Sistema Estadual de Informações Culturais;
- XVII** - dar parecer sobre normas e critérios do cadastramento dos agentes culturais do Paraná;
- XVIII** - Ratificar o edital que regulamenta a Conferência Estadual de Cultura;
- XIX** - elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Estadual de Cultura.



TÍTULO IV

Do Funcionamento

Art. 6º. As reuniões do Conselho Estadual de Cultura serão bimestrais, salvo as extraordinárias.

Art. 7º. As decisões proferidas pelo Conselho, por maioria simples de votos, com exceção das matérias que exijam quorum qualificado nos Termos do Regimento Interno do Conselho, serão reduzidas a termo, na forma de atos, deliberações e resoluções, devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Cultura.

Parágrafo único. Ao Presidente do CONSEC caberá o voto de qualidade, nas deliberações que exigirem desempate.

Art. 8º. A função de membro do Conselho Estadual de Cultura não será remunerada, sendo considerada de relevante serviço prestado ao Estado.

Parágrafo único. Nos casos em que o Conselheiro seja servidor público estadual, o desempenho de suas funções no Conselho terá prioridade sobre outras que eventualmente exerça no serviço público estadual.

Art. 9º. As reuniões do CONSEC serão instaladas mediante presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 10. O suplente substituirá o Conselheiro titular nos casos de impedimento, perda de mandato, morte, renúncia ou impossibilidade comprovada do Conselheiro em participar dos trabalhos, cabendo ao Presidente declarar aberta a vaga e a convocação imediata de seu suplente.

Art. 11. A perda do mandato de Conselheiro dar-se-á pelo exercício simultâneo de funções incompatíveis ou pela ausência contínua, sem prévio pedido de licença ou apresentação de justificativa aceita, por mais de duas sessões plenárias consecutivas ou por quatro sessões plenárias alternadas durante o mandato.

Art. 12. Fica a Secretaria de Estado da Cultura autorizada a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, através de recursos humanos, materiais e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Cultura.

Parágrafo único. Os Conselheiros vinculados ao CONSEC terão o custeio das despesas referentes à hospedagem, alimentação e ao deslocamento, a fim de atender à convocação das reuniões bimestrais ordinárias ou extraordinárias, cumprindo-se os procedimentos legais estabelecidos.

TÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 13. O Conselho aprovará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de janeiro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Paulino Viapiana
Secretário de Estado da Cultura

AJB/Prot.nº 11.131.248-6

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



> [topo](#) <



ATO DO PRESIDENTE Nº 8/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do contido no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2014,

D E C L A R A

Constituída a Comissão Especial que tem como finalidade opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 5/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 69/2014, com o objetivo de conferir nova redação ao artigo 230 da Constituição Estadual. Conforme indicação dos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes Deputados: Luiz Eduardo Cheida (PMDB), titular e Teruo Kato (PMDB), suplente; Rose Litro (PSDB), titular e Cantora Mara Lima (PSDB), suplente; Elio Rusch (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente; Péricles de Mello (PT), titular e Tadeu Veneri (PT), suplente; Nelson Luersen (PDT), titular e Andre Bueno (PDT), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será Presidida pela Deputada Rose "Litro" e relatada pelo Deputado Elio Rusch. Assim, para que se cumpram suas finalidades, o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 25 de agosto de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Sessões Plenárias

Sessão Extraordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Extraordinária de dia 13 de agosto de 2014 - Ata nº 16

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury, às onze horas e dezessete minutos, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença das seguintes Parlamentares: Adelson Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), André Bueno (PDT), Aníbal Neto (PMDB), Arango Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cantora Maria Lúcia (PSDB), Cleiton Klebe (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Elio Ruch (DEM), Evaristo Junior (PSDB), Felipe Lucas (PPS), Fernando Scaramata (PDT), Francisco Böhner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Homens Brandão Jr. (PSB), Jonas Guimarães (PMDB), Luciano Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Chelido (PMDB), Maria Turck (PSD), Nelson Junior (DEM), Nelson Luermen (PDT), Omar Bertoldi (DEM), Pastor Edson Paszyk (PRB), Pedro Lupton (DEM), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Raissa Rodrigues (PV), Roberto Acioli (PV), Rose "Lino" (PSDB), Tadeu Veneri (PT), Tereza Turini (PPS), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quirino (PSB) (38 Parlamentares). Deputados ausentes: Alexandre Carli (PMDB), Calvo Quirino (PMDB), Dr. Batista (PMDB), Duffo Genari (PP), Elio Weber (PT), Elio Venti (PT), Laila Accorsi (PSDB), Mauro Moraes (PSDB), Nereu Moura (PMDB), Paranhos (PSC), Stephenes Junior (PMDB), Teruo Kato (PMDB), Toninho Wandolcheer (PT), Nelson Garcia (PSDB), Ney Leprevost (PSD) e Professor Lenas (PT) (16 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Valdir Rossoni, secretariado pelos Srs. Deputados Gilson de Souza (na função de 1º Secretário) e Cantora Maria Lúcia (na função de 2º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou os trabalhos da 16ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, conforme requerimento aprovado da autoria do Deputado Valdir Rossoni, protocolado sob o nº 4.185/2014.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não havendo Ata a ser lida, passamos à Ordem do Dia. Peço aos Srs. Deputados que registrem as suas presenças, porque o projeto que vamos votar é lei complementar, temos que ter 28 votos; é o registro do índice da Defensoria Pública.

ORDENAMENTO

[Início-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Manifestações sem revoto dos oradores. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e contagem dos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica.]

ITEM 1 - 2ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 8/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 36/2014, que estabelece, para revisão geral anual de ano de 2014, o Índice Geral de 5,28% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras dos servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCI e Comissão de Finanças. Este projeto tem o parecer favorável da Comissão; está em condições de ser votado pelo Plenário. Está em discussão. Está em votação. Votos concluídos. Peço aos Srs. Deputados que registrem o seu voto, porque precisamos de 28 votos nesta votação. Encerrada a votação. [Histórico "não": Adelson Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Bueno, Aníbal Neto, Arango Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Maria Lúcia, Cleiton Klebe, Douglas Fabrício, Elio Ruch, Felipe Lucas, Fernando Scaramata, Francisco Böhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homens Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciano Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Chelido, Maria Turck, Nelson Junior, Nelson Luermen, Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupton, Péricles de Mello, Plauto Miró, Raissa Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Lino", Tadeu Veneri, Tereza Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quirino (25 Deputados). Não votaram: Alexandre Carli, Calvo Quirino, Dr. Batista, Duffo Genari, Elio Weber, Elio Venti, Evaristo Junior, Laila Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Omar Bertoldi, Paranhos, Professor Lenas, Stephenes Junior, Teruo Kato, Toninho Wandolcheer e Valdir Rossoni (19 Deputados)]. Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 8/2014.

ITEM 2 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 353/2014, de autoria dos Deputados Elio Ruch, Ademar Traiano, Pedro Lupton e Bernardo Ribas Carli, que revoga dispositivos da Lei Florestal do Estado, bem como a Lei de Auditoria Ambiental. Pareceres favoráveis da CCI, Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e Comissão de Agricultura em Comissão Geral do Plenário. Requerimento de Comissão Geral do Plenário. Teido este projeto os pareceres favoráveis das Comissões, está em condições de ser votado pelo Plenário. Está em discussão. Está em votação. Favoráveis, "sim"; contrários, "não". Votando.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Voto "não", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Votos concluídos. Srs. Deputados, Encerrada a votação. [Histórico "não": Adelson Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Bueno, Arango Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Maria Lúcia, Douglas Fabrício, Elio Ruch, Felipe Lucas, Fernando Scaramata, Francisco Böhner, Gilson de Souza, Homens Brandão Jr., Jonas Guimarães, Laila Claudio Romanelli, Maria Turck, Nelson Junior, Nelson Luermen, Omar Bertoldi, Pedro Lupton, Plauto Miró, Raissa Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Lino", Tereza Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quirino (24 Deputados). Votaram "sim": Adelson Neto, Cleiton Klebe, Gilberto Ribeiro, Luciano Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Chelido, Péricles de Mello e Tadeu Veneri (6 Deputados). Não votaram: Alexandre Carli, Calvo Quirino, Dr. Batista, Duffo Genari, Elio Weber, Elio Venti, Evaristo Junior, Laila Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Professor Lenas, Stephenes Junior, Teruo Kato, Toninho Wandolcheer e Valdir Rossoni (18 Deputados)]. Com 28 votos favoráveis e 8 votos contrários está aprovado o Projeto de Lei nº 353/2014.

ITEM 3 - 2ª Discussão do Projeto de Resolução nº 15/2014, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Wilson Quirino, que aprova o Relatório Final da Comissão Especial Agenda Paraná - Relações do Estado com a União.

Em discussão. Votando. Encerrada a votação. [Histórico "sim": Adelson Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Bueno, Aníbal Neto, Arango Junior, Cantora Maria Lúcia, Cleiton Klebe, Douglas Fabrício, Elio Ruch, Felipe Lucas, Fernando Scaramata, Francisco Böhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homens Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciano Rafagnin, Luiz Claudio Chelido, Maria Turck, Nelson Junior, Nelson Luermen, Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupton, Roberto Acioli, Rose "Lino", Tadeu Veneri, Tereza Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quirino (26 Deputados). Não votaram: Alexandre Carli, Bernardo Ribas Carli, Calvo Quirino, Dr. Batista, Duffo Genari, Elio Weber, Elio Venti, Evaristo Junior, Laila Accorsi, Laila Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Omar Bertoldi, Paranhos, Plauto Miró, Professor Lenas, Raissa Rodrigues, Stephenes Junior, Teruo Kato, Toninho Wandolcheer e Valdir Rossoni (22 Deputados). Abstenção: Péricles de Mello (1 Deputado)]. Com 30 votos favoráveis e 1 abstenção está aprovado o Projeto de Resolução nº 15/2014.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos requerimentos.)

REQUERIMENTOS

Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento nº 4.194/2014, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando dispensa de votação de redação final para o Projeto de Resolução nº 15/2014 da Ordem do Dia, pois não recebeu emendas no curso de sua tramitação; Requerimento nº 4.195/2014, do Deputado Valdir Rossoni, solicitando dispensa de votação de redação final para o Projeto de Lei nº 353/2014 da Ordem do Dia, pois não recebeu emendas no curso de sua tramitação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária. "LEVANTA-SE A SESSÃO" (Sessão encerrada às 11h20, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 17.3.2005, Regimento Interno.)

82739/2014

Processo Legislativo

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 8/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do conteúdo no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária de dia 13 de agosto de 2014,

DECLARA

Constituída a Comissão Especial que tem como finalidade opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 5/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 63/2014, com o objetivo de conferir nova redação ao artigo 230 da Constituição Estadual. Conforme indicação dos Deputados a Comissão Especial será composta pelos seguintes Deputados: Luiz Eduardo Chelido (PMDB), titular e Teruo Kato (PMDB), suplente; Rose Lino (PSDB), titular e Cantora Maria Lúcia (PSDB), suplente; Elio Ruch (DEM), titular e Pedro Lupton (DEM), suplente; Péricles de Mello (PT), titular e Tadeu Veneri (PT), suplente; Nelson Luermen (PDT), titular e André Bueno (PDT), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será Presidida pelo Deputado Rose "Lino" e relatada pelo Deputado Elio Ruch. Assim, para que se cumpram suas finalidades, o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 25 de agosto de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente

82768/2014

RESOLUÇÃO Nº 12, de 25 de agosto de 2014

Aprovação da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de março de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de março de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 25 de agosto de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente

82816/2014



PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL nº 5/2014

AUTOR: PODER EXECUTIVO

Ato do Presidente nº 8, de 25 de setembro de 2014

I – RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Poder Executivo que tem por objetivo alterar o art. 230 da Constituição do Estado do Paraná para suprimir a expressão “formado com recursos extra-orçamentários”.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 191 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, preenche o requisito insculpido no inciso II do art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, no tocante à competência do Governador do Estado para deflagrar tal proposição.

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. (Original sem destaques)



Ademais, a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio (§ 1º do art. 64 da Constituição Estadual).

Com relação à constitucionalidade da proposta, cabe salientar o disposto no § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 216

(...)

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apolados.

O texto constitucional em comento foi incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, diante da necessidade de se incrementar o conceito de cultura que norteou o Poder Constituinte originário.

Com a redação atual do art. 230 da Constituição Estadual não é possível a realização de vinculação de recursos orçamentários ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio, através do Fundo Estadual da Cultura.

Desnecessário aqui discorrer sobre os conceitos de receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, haja vista que o fato de suprimir a expressão “recursos extra-orçamentários” do texto legal não quer dizer que estas não poderão ser utilizadas. O objetivo



da alteração constitucional é ampliar o leque de financiamento da cultura e não restringi-lo.

III - CONCLUSÃO

Do exposto, resta clara a necessidade de adaptação da Constituição do Estado do Paraná para possibilitar ao Governo do Estado a vinculação de recursos orçamentários para o desenvolvimento de atividades geridas pelo Conselho Estadual de Cultura com recursos do Fundo Estadual de Cultura.

A alteração proposta visa adequação ao § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Assim, esta comissão emite parecer FAVORÁVEL à Constitucionalidade da proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.

Deputada Rose Litro - PRESIDENTE

Deputado Ello Rusch - RELATOR

Deputado Tadeu Veneri

Deputado Nelson Luersen

Deputado Teruo Kato

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 5/2014

Aos dezessis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às 11h00min, reuniu-se, na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial, constituída pelo Ato do Presidente nº 8/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 718, de 26 de agosto de 2014, sob a presidência do Deputado Rose Lirio, para apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 5 de 2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 69 de 2014, que *“altera o artigo 230 da Constituição Estadual, para ampliar a possibilidade de financiamento da Cultura no Estado. Coratada a existência de quórum necessário, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, passando a palavra ao Relator, Deputado Elio Rauch, para que procedesse à leitura do Parecer. Ao continuar, o parecer foi submetido à discussão e votação pela Senhora Presidente e aprovado por unanimidade, estando a Proposta de Emenda à Constituição em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída no Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata que segue assinada por ela e pelos demais membros da Comissão.*

Deputada Rose Lirio
Presidente

Deputado Elio Rauch
Relator

Deputado Nelson Laersen
Membro Titular

Deputado Terezo Kato
Membro Suplente

90764/2014

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 5/2014

AUTOR: PODER EXECUTIVO

Ato do Presidente nº 8, de 25 de setembro de 2014

I – RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Poder Executivo que tem por objetivo alterar o art. 230 da Constituição do Estado do Paraná para suprimir a expressão “formado com recursos extra-orçamentários”.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 191 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, preenche o requisito insculpido no inciso II do art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, no tocante à competência do Governador do Estado para deflagrar tal proposição.

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. (Original sem destaques)

Ademais, a proposta obteve a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio (§ 1º do art. 64 da Constituição Estadual).

Com relação à constitucionalidade da proposta, cabe salientar o disposto no § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 216 ...

(...)

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas.

O texto constitucional em comento foi incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, diante da necessidade de se incrementar o conceito de cultura que norteou o Poder Constituinte originário.

Com a redação atual do art. 230 da Constituição Estadual não é possível a realização de vinculação de recursos orçamentários ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio, através do Fundo Estadual da Cultura.

Desnecessário aqui discorrer sobre os conceitos de receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, haja vista que o fato de suprimir a expressão “recursos extra-orçamentários” do texto legal não quer dizer que estes não poderão ser utilizados. O objetivo da alteração constitucional é ampliar o leque de financiamento da cultura e não restringi-la.

III – CONCLUSÃO

Do exposto, resta clara a necessidade de adaptação da Constituição do Estado do Paraná para possibilitar ao Governo do Estado a vinculação de recursos orçamentários para o desenvolvimento de atividades geridas pelo Conselho Estadual de Cultura com recursos do Fundo Estadual de Cultura.

A alteração proposta visa adequação ao § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Assim, esta comissão emite parecer FAVORÁVEL à Constitucionalidade da proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.

Deputada Rose Lirio – PRESIDENTE

Deputado Elio Rauch – RELATOR

Deputado Nelson Laersen

Deputado Terezo Kato

90764/2014



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 373/2014
(Autoria dos Deputados Pedro Lupion, Cantora Mara Lima,
Tadeu Veneri e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 12.423, de 13 de janeiro de 1999
(de concessão de Título de Utilidade Pública) e adoção
de outras providências.

Art. 1º A Lei nº 12.423, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar
com a seguinte redação:

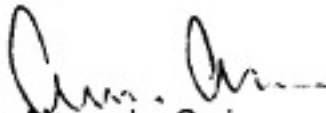
***Concessão de Título de Utilidade Pública à
Associação de Serviços de Obras Sociais
Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no
Município de Ubatã.**

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de
Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e
foro no Município de Ubatã.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 408/2014
(Autoria dos Deputados Pedro Lupion, Cantora Mara Lima,
Tadeu Veneri, Tercílio Turini, e Aníbelli Neto)

Alteração da Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976 (de concessão de Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

Art. 1º A Lei nº 6.797, de 21 de junho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

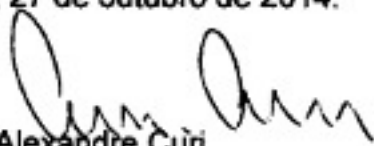
*Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública à Associação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação*.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 410/2014
(Autoria dos Deputados Pedro Lupion, Cantora Mara Lima,
Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Anibelli Neto)

Alteração da Lei nº 12.233, de 20 de julho de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.233, de 20 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:


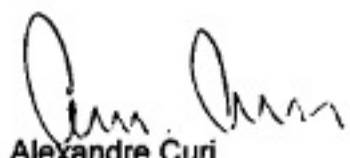


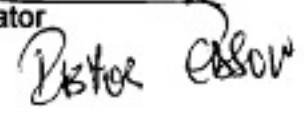
"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santo Antonio da Platina, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santo Antonio da Platina, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2014.



Alexandre Curi
Presidente

Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 411/2014
(Autoria dos Deputados Pedro Lupion, Cantora Mara Lima,
Tadeu Veneri, Tercílio Turini, e Anibelli Neto)

Altera a Lei nº 4.973, de 2 de dezembro de 1964, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 4.973, de 2 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2014.

Alexandre Curi
Presidente

Relator

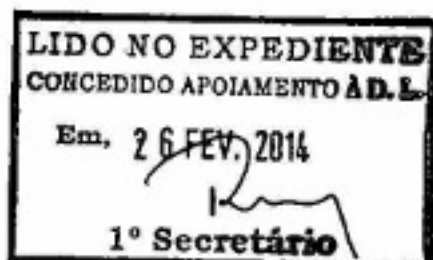
Cantora Mara Lima



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 94/14



Inserir o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro e a Semana do Educador Social.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro.

Art. 2º A data instituída no artigo anterior passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º O dia 19 de setembro marcará o início da Semana do Educador Social no Estado do Paraná.

Art. 4º A Semana do Educador Social terá como referência atividades e debates quanto à função, formação e interação através de atividades artísticas, esportivas, culturais e de lazer, favorecendo a troca de experiência entre os educadores, em especial no dia 19 de setembro.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2014.

Jader Veneri
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O Educador Social atua como agente transformador, pois cabe a este profissional atuar junto aos educandos de maneiras para uma significativa mudança na comunidade.

Compete ao Educador Social atuar junto a pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência e exploração física, psicológica ou prejudicada pela exclusão social, na preservação cultural e na promoção de povos e de comunidades remanescentes e tradicionais.

Ainda, o Educador Social atua ativamente na realização de atividades sociais e educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens em conflito com a lei.

Tem papel decisivo em programas e projetos educativos destinados à população carcerária, no atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais, no enfrentamento à dependência de drogas e nas atividades sociais e educativas para terceira idade, bem como na promoção da cidadania e da educação ambiental e cultural.

A inserção no calendário Oficial do dia 19 de setembro como data comemorativa e inicial da semana do Educador Social, vai ao encontro da necessidade de valorizar estes agentes que tanto contribuem para o enfrentamento da dívida social brasileira, tendo como objetivo suscitar importantes debates acerca da educação no seu sentido mais amplo, com a abrangência que lhe dá o art. 1º da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respondendo ao genuíno atendimento de interesses e necessidades sociais de nosso tempo.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2014.



Tadeu Veneri
Deputado Estadual



PARECER AO PROJETO DE LEI 91/2014

Projeto de Lei nº. 91/2014

Autor: Deputado Tadeu Veneri.

Súmula: Insere o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro e a Semana do Educador Social.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DO EDUCADOR SOCIAL E A SEMANA DO EDUCADOR SOCIAL. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia do Educador Social e a Semana do Educador Social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Saete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao



Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da oça preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.







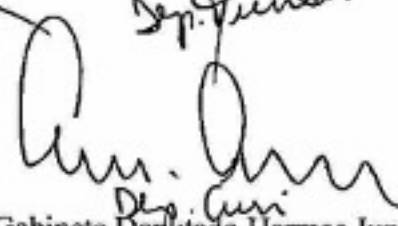
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR








APROVADO


13/05/14

Gabinete Deputado Hermas Junior

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41) 3350-4170

Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº	01
16 SET. 2014	
DAP	
Visto	<i>[Assinatura]</i>

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 91/2014



Nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se o presente substitutivo ao Projeto de Lei nº 91/2014:

"Instituição do Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro.

Art. 1º Institui o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro.

Art. 2º O evento instituído no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º O dia 19 de setembro marcará o início da Semana do Educador Social no Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 2014.

[Assinatura]
Dep. Luciano
RACAGNIN

[Assinatura]
Dep. Jonas
GUIMARÃES

[Assinatura]
Tadeu Veneri
Deputado Estadual

[Assinatura]
Dep. Tarcísio
TURINI

[Assinatura]
Dep. Rose
"Lito"

[Assinatura]
Guto URRUTIA

14:44 16/09/2014 004600 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda ao Projeto a fim de adequá-lo à Lei Complementar 176, de 11 de julho de 2014.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 2014.

[Signature]
Tadeu Veneri
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 91/2014

Projeto de Lei nº. 91/2014

Autor: Deputado Tadeu Veneri.

Súmula: Institui o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro e a Semana do Educador Social.

EMENTA: EMENDA DE PLENÁRIO. SUBSTITUTIVO GERAL. ADEQUAÇÃO À LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2014. INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DO EDUCADOR SOCIAL E A SEMANA DO EDUCADOR SOCIAL. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGO 137, § 2º DO REGIMENTO INTERNO. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia do Educador Social e a Semana do Educador Social.

O Projeto de lei já havia sofrido o crivo dessa CCJ, recebendo parecer favorável.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em plenário, ao projeto de lei foi proposto substitutivo geral, tão somente para adequar sua redação à LC 176/2014, segundo justificativa de seus autores.

Tendo em vista que não houve alteração quanto ao fundamento do projeto de lei e o substitutivo geral somente tem por condão adequar a redação, não vislumbramos qualquer óbice na sua aprovação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do substitutivo geral, tendo em vista sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2014

Nelson Justus

Presidente

Luiz Cláudio Romanelli

Relator

Dep. Scaroni

Dep. Pericles

Dep. Carlos

Dep. Aurino

Dep. Baster

APROVADO

21/10/2014



PROJETO DE LEI 331/14

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 14 JUL 2014

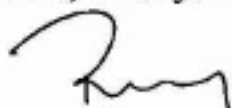
1º Secretário

Declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu, com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública o CISI – Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu, com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2014.


ROSE LITRO

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

O Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu, constituído em 24 de agosto de 1995, de acordo com a documentação acostada, constitui-se em consórcio público que presta serviços na área de saúde obedecendo aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS e foi criado para estabelecer relações de cooperação federativa, para o fomento e execução de atividades de interesse público.

O CISI realiza atividades conjuntas na área de saúde com os municípios de Matelândia, Ramilândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Missal, Santa Terezinha do Itaipu e Serranópolis do Iguaçu e visa garantir a implementação das diretrizes do SUS, apoiar as ações do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e outros órgãos afins, promovendo, implantando, planejando e executando programas de proteção a saúde pública e também propiciando a integração das instituições públicas e privadas quantos aos serviços relacionados a especialidades médicas de média e alta complexidade ambulatorial. Essas ações visam a suplementação, operacionalização e fomento do fortalecimento das especialidades de saúde junto aos municípios, buscando uma prestação de serviço público de forma contínua, eficiente, eficaz e igualitária para toda a população usuária do SUS, em cumprimento ao Art. 196 da Constituição da República de 1988.

Por seu caráter de Consórcio Público, seu estatuto autoriza a instituição a *"firmar convênios, contratos, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições, subvenções de outras entidades e órgãos de governo, visando planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial, apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado"*. Para essas finalidade há necessidade de apresentação de documentos, entre eles a Declaração de Utilidade Públicas Estadual da Instituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



O CISI já possui Declaração de Utilidade Pública Municipal e pela sua relevância e ações voltadas à população dos municípios que atende, propomos que a instituição seja declara de Utilidade Pública Estadual.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pg. 598

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 331/2014

Projeto de Lei nº. 331/2014
Autora: Deputada Rose Litro

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu, com sede e foro no Município de Medianeira.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 17.826/2013 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rose Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu**, com sede e foro no Município de Medianeira, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



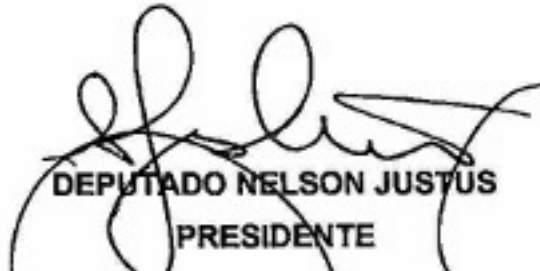
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
628

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 21 de Outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

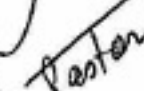

Dep. Petreus


Dep. Ruyton


Dep. Francisco


Dep. Juliano


Dep. Ruyton


Pastor


Alexandre

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

21/10/2014



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Casa Civil



 PROJETO DE LEI

347/14

Súmula: Cria a Junta Administrativa de Recursos contra Exames Médicos e Avaliações Psicológicas para fins de Habilitação para condução de veículos automotores, denominada de JUMP.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Cria a Junta Administrativa de Recursos contra Exames Médicos e Avaliações Psicológicas para fins de Habilitação para condução de veículos automotores, denominada de JUMP.

Parágrafo único. Compete à Junta reavaliar os candidatos que não concordarem com o resultado dos exames médicos e das avaliações psicológicas.

Art. 2º A Junta Administrativa de Recursos Médicos e Psicológicos, denominada JUMP, vinculada ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, funcionará como órgão colegiado com regimento próprio e apoio administrativo e financeiro do DETRAN.

Art. 3º A revisão do exame de aptidão física e mental e exame médico especial, ocorrerá através de Junta Administrativa de Recursos da área Médica e será constituída por três profissionais médicos, especialistas em medicina de trânsito, podendo, fazer ou não, parte do quadro do DETRAN, admitida a suplência.

Art. 4º A revisão da avaliação psicológica ocorrerá através de Junta Administrativa de Recursos da área psicológica e será constituída por três profissionais psicólogos, especialistas em psicologia de trânsito, podendo, fazer ou não, parte do quadro do DETRAN, admitida a suplência.

Art. 5º Cabe ao Chefe do Poder Executivo Estadual a aprovação e publicação do Regimento Interno da JUMP, assim como o estabelecimento dos valores pagos aos componentes, por sessão realizada, observando as tabelas de serviços das categorias.

Art. 6º A nomeação dos membros da JUMP será realizada por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Estadual, desde que atendidos todos os requisitos contidos nesta Lei, no código de Trânsito Brasileiro e nas Resoluções do Contran, que tratam da matéria.

§ 1º O número máximo de juntas médicas e psicológicas a serem designadas deverá considerar a demanda do órgão em todo o Estado do Paraná, não podendo ultrapassar o total de doze juntas, sendo seis médicas e seis psicológicas.

§ 2º Cada junta médica ou psicológica será convocada para o julgamento de recursos, conforme a demanda do órgão e designação do Coordenador Geral, atendendo ao disposto em regulamento próprio, limitado ao número máximo de 40 sessões por mês, sendo que cada sessão corresponde a um único recurso, não podendo ser analisado mais de um recurso por sessão.

Art. 7º A JUMP será administrada e dirigida por um Coordenador Geral e por dois Coordenadores Específicos.

§ 1º O Coordenador Geral e os Coordenadores Específicos serão obrigatoriamente funcionários do DETRAN.

§ 2º O Coordenador Geral deverá ser portador de diploma de nível superior em qualquer área.

§ 3º Os Coordenadores Específicos deverão possuir diploma de nível superior em medicina e psicologia respectivamente.

§ 4º Compete ao Coordenador Geral:

I – a representação da JUMP;

II – estabelecer a relação entre a JUMP e o DETRAN;

III – coordenar todas as atividades das juntas;

IV – pleitear, junto ao DETRAN, condições necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos das juntas;

V – designar os candidatos às respectivas juntas;

VI – assegurar o atendimento de todos os procedimentos para a realização dos respectivos exames e avaliações;

VII – demais responsabilidades e atribuições estabelecidas em regimento próprio das JUMP.

§ 5º Compete aos Coordenadores Específicos:

I – comprovar a presença dos membros integrantes das juntas;

II – encaminhar ao Coordenador Geral a distribuição dos processos para as respectivas juntas;

III – normatizar os procedimentos para a realização dos respectivos exames e avaliações;

IV – convocar os membros e secretários para as respectivas reuniões de suas juntas;

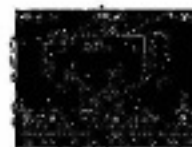
VII – demais responsabilidades e atribuições estabelecidas em regimento próprio das JUMP.

Art. 8º A JUMP será secretariada por um secretário geral e cada junta médica e psicológica será secretariada por um secretário de junta.

Art. 9º As despesas a serem custeadas com os profissionais instituídos pela Junta Administrativa de Recursos Médicos e Psicológicos, estão previstas na Lei Orçamentária Financeira, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal, através da Fonte 250 da Atividade 4080, constante do orçamento próprio.

Art. 10. Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta Lei, o Chefe do Poder executivo, por decreto, aprovará o regulamento que disporá sobre a estrutura, competência, organização e composição dos membros das Juntas Administrativas de Recursos Médicos e Psicológicos.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ-DETRAN
COORDENADORIA FINANCEIRA
DIVISÃO CONTROLE DA DESPESA


INFORMAÇÃO: Nº 293- COFIN

PROTOCOLADO: 11.707.628-8 (Projeto Lei)

Conforme solicitado e complementação da informação nº 064/14, que a despesa com Projeto de Lei que cria a Junta Administrativa de Recursos ou Juntas Médicas e Psicológicas, no valor de R\$ 699.492,00 (Seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais). Será na rubrica orçamentária 3390.3609(Jetons), pela atividade 4080 (Ações do Detran), pela fonte 250 (recursos próprios da Autarquia-DETRAN).

Em- 25.07.2014


Alcione Miranda Garcia
DCD

Confere com original
DETRAN, em 25/07/14
Ass. 

De acordo


José Augusto Juski
Coordenador Financeiro



COORDENADORIA FINANCEIRA
DIVISÃO DE CONTROLE DE DESPESA



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no Inciso I, do Art. 1º do Decreto nº8.622/2013, segue a presente Declaração, com o seguinte conteúdo:

I - Declaro e atesto a completa regularidade do pedido nas esferas civil, penal e administrativa, em especial no que tange ao disposto nas Lei Federal nº 8.429/1992, 8.666/1993 e Lei Complementar nº 101/2000.

II - Eu, Marcos Elias Traad, Portador do RG. Nº 4.234.096-6/PR, e CPF 709.292.547-91, atualmente no cargo de Diretor Geral, na qualidade de Ordenador de Despesas do Órgão/DETRAN, DECLARO que a despesa abaixo identificada está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, Lei nº 17.013/2011, e na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2014, bem como preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, e não haverá impacto na manutenção do Órgão/Unidade por consequência do procedimento licitatório.

III - Refere-se: despesas com Projeto de Lei que cria a Junta Administrativa de Recursos ou Juntas Médicas e Psicológicas e Habilitação, conforme protocolo nº 11.707.628-8 (Projeto Lei)

A despesa correrá a conta da unidade orçamentária abaixo indicado:

Dotação Orçamentária: 3930/4080 – Ações do DETRAN
Natureza da Despesa: 3390.3609 – Jetons e Conselheiros
Fonte de Recurso: Fonte 250
Valor mensal de R\$ 116.582,00 (cento e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e dois reais), totalizando em R\$ 699.492,00 (Seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para o período de julho a dezembro/ 2014.

IV - Declaramos ainda, que a despesa não ultrapassará os limites orçamentários do exercício de 2014.

Curitiba, 28.05.2014

Marcos Elias Traad da Silva
Diretor Geral do DETRAN/PR

Confere com o original
SECE/CTL, em 28.05.14
Ass. [Assinatura]

DECLARAÇÃO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

DECLARO, para os devidos fins, que a despesa solicitada no processo protocolado nº 11.707.628-8 (Projeto Lei), do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, no valor mensal de R\$ 116.582,00 (cento e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e dois reais), totalizando em R\$ 699.492,00 (Seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para o período de julho a dezembro/ 2014. Está previsto no orçamento/2014 - rubrica 3390.3609 - Fonte 250 - atividade 4080, consoante a norma do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) haverá disponibilidade financeira para seu pagamento neste exercício e/ou no exercício seguinte, sem prejuízo das demais metas planejadas.

DECLARO que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pela Coordenadoria competente deste Departamento, conforme Declaração Orçamentária e de Regularidade do Pedido, emitida pelo Ordenador de Despesas, em conformidade com os artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000 de 04 de maio de 2000.

Curitiba, 28.05.2014

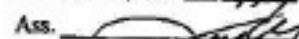


Ivaldo Pedro Patrício

Diretor Administrativo e Financeiro

Confere com o original

SERVIÇO, em 25/05/14

Ass. 



MENSAGEM
Nº 073/2014

Curitiba, 16 de julho de 2014.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Casa Civil

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 16/07/2014

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar a Junta Administrativa de Recursos contra exames Médicos e Avaliações Psicológicas para fins de Habilitação para condução de veículos automotores, denominada de JUMP.

A criação das juntas médicas e psicológicas, denominadas JUMP, são de vital importância para os cidadãos paranaenses que visam a retirada da Carteira Nacional de Habilitação, a alteração de categoria e renovação da mesma.

Insta destacar que historicamente as juntas sempre funcionaram apenas na Capital do Estado; Ademais, tem-se registros de filas para realização das juntas médicas e psicológicas com períodos que chegaram a um ano de espera em anos piores e trinta dias em períodos melhores, no entanto, sempre sendo tratada de forma paliativa, onde os períodos de pouca espera sempre foram cíclicos e intercalados com filas enormes e períodos sem ao menos existir uma previsão de realização das juntas recursais.

Portanto, este Anteprojeto de Lei pretende trazer uma solução definitiva, aumentando a capilaridade de atendimento e, conseqüentemente, diminuindo a distância para os cidadãos paranaenses, o que, sem sombra de dúvidas, resultaria em uma inclusão daqueles que deixariam de exercer seu direito ao recurso por questões de distância, tempo ou financeiras, além de encerrar definitivamente com os registros de espera por longos períodos, garantindo realmente o reexame, quando pretendido, e a viabilidade de solução em um período aceitável.

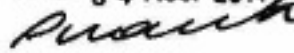
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/CTL/Prot. 11.707.628-8

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 AGO. 2014


Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 347/2014

Projeto de Lei nº. 347/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 073/14

Cria a Junta Administrativa de Recurso contra Exames Médicos e Avaliações Psicológicas para fins de Habilitação para condução de veículos automotores, denominada de JUMP.

EMENTA: CRIA A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO CONTRA EXAMES MÉDICOS E AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 73/2014, tem por finalidade criar a Junta Administrativa de Recurso contra Exames Médicos e Avaliações Psicológicas para fins de Habilitação para condução de veículos automotores, denominada de JUMP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, fica evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, o referido assunto aborda **tema de competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, observa-se que o Projeto vem acompanhado das devidas estimativas de impacto, assinadas pelos Ordenadores de Despesa.


Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR











Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 347/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda para alterar o §1º do art. 6º, do Projeto de Lei nº 347/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º....

§ 1º. O número máximo de juntas médicas e psicológicas a serem designadas não poderão ultrapassar o total de doze juntas, sendo seis médicas e seis psicológicas, devendo, dentre a mesmas, quatro serem abrigadas no Município de Curitiba e as demais deverão considerar a demanda do órgão no interior do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.

Deputado Fernando Scanavacca

Assinatura: Romanelli

Assinatura: Costa

Assinatura: Siqueira

Assinatura: Siqueira

Assinatura: Siqueira

Assinatura: Siqueira

Assinatura: Siqueira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 347/2014

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que cria a Junta Administrativa de Recursos contra Exames Médicos e Avaliação Psicológicas para fins de Habitação para condução de veículos automotores, denominada de JUMP.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo criação das juntas médicas e psicológicas, denominadas JUMP, são de vital importância para os cidadãos paranaenses que visam a retirada da Carteira Nacional de Habilitação, a alteração de categoria e renovação da mesma.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 2014.

Assinaturas manuscritas:
Nelson Houw
Pedro Lupatini

DR. BATISTA
Presidente

Relator

Assinatura manuscrita:
Adelino Ribeiro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 347/14

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 73/2014, e objetiva Criar a Junta Administrativa de Recursos Contra Exames Médicos e Avaliações Psicológica para fins de Habilitação para condução de veículos automotores, denominada de JUMP.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, tendo sido aprovado, na forma de Emenda Modificativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, constata que a criação das juntas médicas e psicológicas são de grande importância para os cidadãos paranaenses que buscam a Carteira Nacional de Habilitação.

Vale ressaltar que o Projeto de Lei em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa e competência nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição do Estado.

Insta observar que, a proposta em questão, em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), esclarece em seu art. 9º que as despesas a serem custeadas com os profissionais instituídos pela Junta Administrativa de Recursos Médicos e Psicológicos, estão previstas na Lei Orçamentária Financeira, de acordo com a Fonte 250 da Atividade 4080, constante do orçamento próprio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



De igual modo constata-se a existência da declaração subscrita pelo Senhor Marcos Elias Traad da Silva, Diretor Geral do DETRAN/PR, informando que o valor mensal com a proposta será de R\$116.582,00 (cento e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e dois reais), totalizando em R\$699.492,00 (seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para o período de julho a dezembro de 2014.

CONCLUSÃO

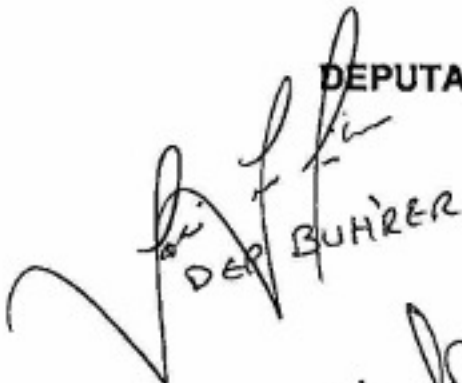
Por fim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, com a **inclusão da Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça**.


É o parecer.


Sala das Comissões, 08/10/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELVIUS RUSCH
RELATOR


DEP. BUHRER


DEP. WILSON


DEP. EMÍLIO VERRI


DEP. PUBLIESI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



PROJETO DE LEI Nº. 419/14

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 07 OUT. 2014


1º Secretário

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Pr. Presidente Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular Sr. Mario de Oliveira.

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Mario de Oliveira.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de Outubro de 2014.


GILSON DE SOUZA

Deputado Estadual

3º. Secretário

Líder da Bancada Evangélica

07-OUT-2014 15:48 004857 1/1

IMP. RESENHA DA LEGISLATURA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo homenagear o Pr. Mario de Oliveira, por todo trabalho que desenvolve como Pastor e a frente da Presidência Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil.

Biografia



No dia três de novembro de 1945, na cidade de Júlio Mesquita, interior de São Paulo, Dona Margarida Genaro dava à luz **Mario de Oliveira**, um menino forte e que já mostrava sua vontade de viver no primeiro choro. Ao lado da mãe e dos quatro irmãos, a criança cresceu em meio a muita pobreza. Dona Margarida e os filhos só não passaram fome porque ela sempre batalhou muito.

As crianças foram crescendo e Mario via a mãe lutando para sustentá-los. Um episódio que ficou registrado na mente daquele menino foi a vez em que viu sua mãe chegando com uma trouxa de roupa suja na cabeça e chorando no canto da cozinha. Na época, Dona Margarida lavava roupa para manter seus filhos. Aquela imagem fez crescer a vontade de Mario em ajudar sua mãe a conseguir prover o sustento de todos.

Com o pensamento de ajudar a família, o menino foi crescendo e começou a trabalhar como servente de pedreiro. O garoto que esperava a mãe chegar com um pouco de comida, agora ajudava a colocar o pão dentro do seu lar. Ele, os irmãos, ao lado da mãe, batalhavam juntos por uma vida melhor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 419/2014

Projeto de Lei nº. 419/2014

Autores: Deputado Gilson de Souza.

Súmula: Concede o título de cidadão honorário do Estado do Paraná, ao Pastor Presidente Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, Sr. Marlo de Oliveira.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Gilson de Souza, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Presidente Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, Sr. Mario de Oliveira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

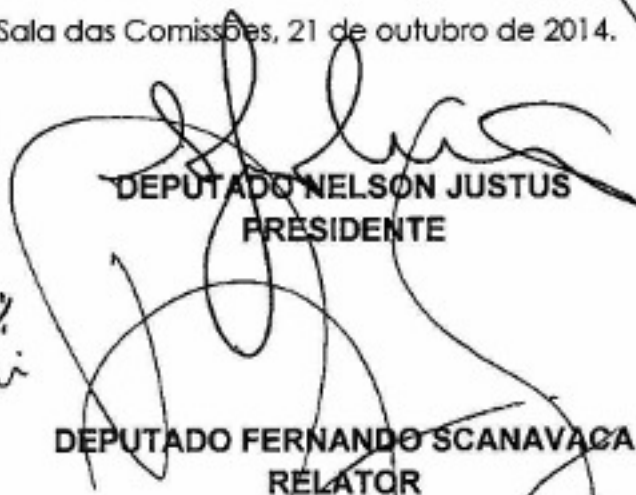
No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Assim, diante da **LEGALIDADE** do presente projeto, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO

21/10/2014


Dep. Pastor